

PFL vai pedir a absolvição de ACM

29 ABR 2003

Partido decide ir para o tudo ou nada no Conselho de Ética do Senado

Federal

29 ABR 2003

• BRASÍLIA. O PFL decidiu partir para o tudo ou nada na reunião de hoje do Conselho de Ética do Senado em que será votado o pedido de abertura de processo disciplinar, com recomendação de cassação do mandato, contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Até a noite de ontem a decisão do partido era apostar num parecer contrário à abertura de processo e na absolvição do senador, acusado de envolvimento no caso dos

grampos ilegais na Bahia.

O relatório alternativo deverá ser apresentado por Paulo Otávio (PFL). Qualquer que seja a decisão do conselho, será remetida à Mesa Diretora, que pode aceitá-la ou não. O PFL já trabalha com a hipótese de derrota, mas optou por essa saída por pressão do senador baiano, que acredita ter maioria na Mesa Diretora.

Ontem, pefelistas tentavam negociar a apresentação de voto em separado, aprovando a

abertura do processo com punição mais branda: suspensão temporária do mandato. Sem esse parecer intermediário, as chances de Antonio Carlos se reduzem. Os tucanos avisaram que não há compromisso de votar pela absolvição.

O conselho tem 16 integrantes, incluindo o presidente Juvenício da Fonseca (PMDB), que só vota em caso de empate. O relatório recomendando cassação, de Geraldo Mesquita Filho (PSB), tem apoio de

sete senadores: três petistas, Jefferson Peres (PDT), Antero de Barros (PSDB), Ramez Tebet (PMDB) e o próprio relator. Estariam com o senador baiano os quatro pefelistas. Quatro senadores são contrários à cassação, mas estão balançados diante da falta de alternativa menos radical: os pemedebistas João Alberto e Luiz Otávio, o tucano Sérgio Guerra (PE) e o bispo Crivela (PL) que substitui Magno Malta na vaga de suplente. ■

O GLOBO